

POLÍTICA E TEOLOGIA: UM ENSAIO SOBRE O DESALENTO NA SOCIEDADE ATUAL

POLITICS AND THEOLOGY: AN ESSAY ABOUT DISCOURAGEMENT IN TODAY'S SOCIETY

POLÍTICA Y TEOLOGÍA: UN ENSAYO SOBRE EL DESALIENTO EN LA SOCIEDAD ACTUAL

Bruno César Castello Ananias¹

Resumo

Este ensaio tem por objetivo refletir acerca da problemática do desalento na sociedade atual à luz de questões sociopolíticas e teológico-morais. Para tal finalidade, a metodologia que se utiliza é a revisão bibliográfica; e a leitura crítica surge como ancoragem às reflexões empreendidas. Procura-se, a partir de noções formuladas por meio dos saberes que se ancoram na Ciência Política e na Teologia, dialogar com o momento contemporâneo na tentativa de buscar soluções possíveis ao problema tão grave do desalento que acomete uma parcela da sociedade. Considera-se que há dois caminhos possíveis que podem dialogar nessa realização, a saber, a elaboração de políticas públicas eficazes e o amparo da religiosidade por via do aconselhamento pastoral e da prática do Evangelho.

Palavras-chave: política; Teologia; miserabilidade; desalento; Evangelho.

Abstract

This essay aims to reflect on the issue of discouragement in today's society in light of sociopolitical and theological-moral issues. For this purpose, the methodology used is a bibliographic review, and critical reading emerges as the basis for the reflections undertaken. The aim is, based on notions formulated through knowledge from Political Science and Theology, to dialogue with the contemporary moment in an attempt to seek possible solutions to the very serious problem of discouragement that affects a portion of society. It is considered that two possible paths can contribute to this, namely, the development of effective public policies, and the support of religiosity through pastoral counseling and the practice of the Gospel.

Keywords: policy; Theology; misery; discouragement; Gospel.

Resumen

Este ensayo tiene por objetivo reflexionar sobre la problemática del desaliento en la sociedad actual a la luz de cuestiones sociopolíticas y teológico-morales. Para tal finalidad, la metodología que se utiliza es la revisión bibliográfica; y la lectura crítica surge como anclaje a las reflexiones emprendidas. Se busca, a partir de nociones formuladas por medio de los saberes anclados en la Ciencia Política y en la Teología, dialogar con el momento contemporáneo en la tentativa de buscar soluciones posibles al problema tan grave del desaliento, que acomete una parte de la sociedad. Se considera que hay dos caminos posibles que pueden dialogar en esa realización, a saber, la elaboración de políticas públicas eficaces y el amparo de la religiosidad por vía del asesoramiento pastoral y de la práctica del Evangelio.

Palabras clave: política; Teología; miserabilidad; desaliento; Evangelio.

1 Introdução

¹ Doutorando em Linguística pelo IEL-UNICAMP, pesquisador-bolsista CAPES. Bacharelado em Teologia Católica pela UNINTER. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5632-005X>. E-mail: b.castello@hotmail.com

“Sua serva não tem nada em casa, a não ser uma jarra de azeite²” (2Rs 4,2).

Este ensaio tem como objetivo discutir e apresentar reflexões acerca da problemática do desalento e da miserabilidade, entraves que envolvem, principalmente, os sujeitos sociais que vivem e moram nas periferias das grandes cidades. A miserabilidade parece ser um dos fatores-chave para o desalento³ que acomete uma parcela expressiva da população, que se vê sem perspectiva ou incentivo para iniciar uma nova caminhada e um recomeço de suas vidas.

O interesse por analisar e refletir acerca de tal tema se dá, fundamentalmente, pela percepção de que o desalento está presente há muito tempo na sociedade e afeta uma parcela representativa de sujeitos sociais, de modo especial jovens e mulheres em diferentes faixas etárias. Isso compromete não só a saída desses sujeitos da situação em que se encontram, mas também o próprio progresso da sociedade como um todo.

A crença que se coloca em reflexão é a de que o desalento que afeta os cidadãos — homens, mulheres e jovens — é o fator principal para uma não tomada de decisão acerca da própria vida e de seus familiares. Da mesma forma, acredita-se que somente por meio do trabalho de valorização da autoestima de cada sujeito social que sofre, através do aconselhamento pastoral, e a promoção da dignidade da pessoa como ser no mundo, por meio de políticas públicas efetivas, o desalento pode ser substituído por uma atitude esperançosa em relação à vida e a si mesmos.

Para esta reflexão, recorre-se a referências teórico-metodológicas da Ciência Política, bem como aos conceitos e noções das Ciências Teológicas, cujo apoio e ancoragem são fundamentais para as reflexões propostas. Com esse propósito, autores como Boff, C. (2007; 2012), Broccardo (2019), Lopes (2014), Queiroz (2012) e Rohden (2008) são revisitados e fornecem o suporte teórico para as proposições analisadas. As questões políticas e religiosas são temas que devem ser debatidos e refletidos se desejamos uma sociedade mais justa e igualitária. Portanto, acredita-se que tanto a política quanto a religiosidade podem auxiliar o indivíduo em sua jornada em direção a um novo destino.

A estrutura deste ensaio se concentra em três seções principais, sendo: a) introdução com a apresentação do tema, do ponto de vista a ser refletido e do referencial teórico que será abordado; b) desenvolvimento com a exposição das reflexões, argumentos levantados, embasamentos teóricos e leitura crítica que sustentam a tese defendida, e c) considerações finais, visto que não há pretensão em concluir o tema, muito menos explorá-lo ao limite; propõe-se,

² Em algumas traduções, encontra-se também a palavra óleo ao invés de azeite.

³ Segundo o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2009), o desalento é o estado de desânimo, abatimento, esmorecimento.

verdadeiramente, uma abertura reflexiva que não se esgota neste ensaio, mas convida outros interessados em dar continuidade às ideias apresentadas e analisá-las, preferencialmente, por outro viés teórico.

2 Ecos que não cessam de produzir efeitos

A miserabilidade enquanto fato social não é exclusividade deste ou daquele país, desta ou daquela região. A miserabilidade é fato social palpável que acomete inúmeras pessoas ao redor do mundo e promove a exclusão social, a baixa qualidade de vida e, especificamente, o desalento como a falta de perspectiva para um futuro. Antônio Cândido (1999), perspicaz observador da realidade social macro-histórica e emérito conhecedor da força avassaladora que o capital, como potencial destrutivo, pode instaurar na efetiva concretude das diversas sociedades, vai afirmar que

um dos traços mais positivos do nosso tempo é o que se pode denominar de 'consciência da fome', isto é, a convicção mais ou menos generalizada de que há muita fome no mundo, que boa parte das populações não pode se alimentar de maneira conveniente e que isso não é fatalidade ou castigo [...], mas fruto de uma organização social insatisfatória, que concentra renda numa extremidade e priva a outra dos recursos mínimos (Candido, 1999, p. 6).

Fácil se faz compreender que as chamadas “injustiças” sociais, como as que promovem uma distribuição desleal de renda, forçando os sujeitos sociais a caírem em situações de penúria, ruína moral e social, parecem ser na verdade não injustiças no sentido mesmo de ausência de justiça, pois, por realmente não ser justo, não deveria sequer ser cogitada a hipótese de realização. No entanto, tudo se realiza e se faz em plenitude a olhos vistos e com a conivência de quem deveria impedir tal abominação aos mais fracos socialmente. Esta máquina do terror social e da queda de muitas pessoas no mundo globalizado e hiperconectado, como se tem hoje, foi forjada na tentativa mesmo de ser excludente e eficiente em sua constituição desde o século XIX. Garaudy citado por Nunes (2007), em memorável reflexão, vai dizer que

A liberdade burguesa, que foi, no século XVIII, uma arma contra as tiranias feudais, transformou-se, no século XIX, numa arma contra as reivindicações operárias. Foi em nome da liberdade que em 1841 a burguesia se opôs à lei contra o trabalho das crianças nas minas — seria uma ingerência inadmissível do estado contra a liberdade dos industriais (Nunes, 2007, p. 180).

Por tal afirmação, pode-se perceber o funcionamento da máquina que estrangula uma parcela da sociedade e coloca a miserabilidade e a descrença no centro das vidas das pessoas que sofrem pelo degrado socioeconômico. Segundo Lopes (2014), a miserabilidade, no Brasil,

é critério fundamental para que o cidadão (deficiente ou idoso) de baixa renda tenha acesso a um salário-mínimo mensal para suas necessidades básicas de sobrevivência. A aplicabilidade de tal critério e o mérito da questão em si não se há de colocar como fundamental ou importante, o que interessa aos olhares de quem sofre é a necessidade intrínseca do recebimento do benefício para sanar as dificuldades do dia a dia. Todavia, é de extremo desalinho com uma atualidade promissora que vem sendo construída — embora de maneira duvidosa e desmedida — por meio do desenvolvimento técnico-científico de alto padrão, o cidadão ainda ter de se beneficiar de auxílios governamentais que mais parecem adjutórios que uma digna renda mensal e, como se isso fosse nada, o cidadão ainda tem de receber a pecha de miserável para ser beneficiado.

Em países desenvolvidos, superindustrializados como os do hemisfério norte, América e Europa, a concentração de pessoas em miserabilidade se faz menor que em regiões subdesenvolvidas ou emergentes como os países do hemisfério sul. O desemprego e a baixa escolaridade são elementos que contribuem efetivamente para deslocar uma pessoa de seu eixo norteador à marginalização que a miserabilidade promove.

Os países sul-americanos, por sua inserção no universo da colonização exploradora e exploratória empreendida por séculos por países ricos da Europa e por interesses escusos de países desenvolvidos da atualidade, fizeram com que um ideário de conformismo, aceitação e solução com aquilo que se tem permanecesse no imaginário de grande parte da população, fazendo com que gerações e gerações de indivíduos se vissem no mesmo itinerário de desolação e angústia sem sequer mobilizar uma rota de mudança de perspectiva, ou até mesmo mudança de vida.

A compreensão de que tudo vai bem mesmo não estando, a percepção desfocada de que tudo poderia estar pior mesmo já estando afetam, muitas vezes, grande parte daqueles que não tem uma rota segura a trilhar. São por estas lentes opacas que os sujeitos sociais conseguem observar a própria realidade e a atualidade do país. É uma maneira tortuosa de aceitação da situação sócio político-econômica que perpassa a própria formação da sociedade. Para quem está no poder governamental, seja de situação ou de oposição, parece o desalento não ser uma justificativa para se lançar mão de políticas públicas de qualidade ou aportes governamentais transitórios e eficientes a fim de uma medida ou solução, mesmo que temporária das necessidades das pessoas. A quem governa, o desalento é, pois, um não querer pessoal e não uma falta de amparo no aspecto social.

Ao não ver na política econômica e social a resolução de seus conflitos cotidiano, os indivíduos recorrem àquilo que melhor consegue, no momento de sofrimento e desalento, sanar

as dúvidas e possibilitar acesso a coisas básicas à existência cotidiana: a religião. Que instituição é esta que consegue fazer lugar no lugar em que o Estado com suas estruturas deveria ocupar? São ecos que não cessam de fazer sentidos na realidade cotidiana, mostrando, então, que a problemática social precisa e deve ser respondida por via de dois caminhos: o político e o religioso.

A necessidade destes dois caminhos é para que o engodo não seja a fonte de transmissão de informações inverídicas que podem vez mais envenenar quem já está passando por uma situação de miserabilidade. O engodo é o contrário da verdade e da justiça social que têm de prevalecer em uma sociedade séria suficientemente para responder às necessidades de sua população e atender aos quesitos mínimos de amparo e solidariedade. O engodo, fonte na política da pós-verdade, procura mascarar os atrozes erros governamentais em meias verdades que são mentiras disfarçadas que procuram dizer de realizações e transformações que realmente não ocorrem.

Como pôde ser visto, o primeiro caminho à paz social e à justiça começa com a política e com o maior zelo à coisa pública, possibilitando na esfera da racionalidade o amparo aos desalentados, visto que é função precípua da política, “do ponto de vista da participação da sociedade [...] duas formas principais de abordagem: a política pública vista como o ‘estado fazendo’ e a política pública vista como uma ‘construção coletiva’” (Queiroz, 2012, p. 105). E a crença que se tem é a de que esta última se faz mais efetiva quando o objetivo é a construção da sociedade.

2.1 Religiosidade e fé: fontes eficazes à paz e à tranquilidade íntimas

O caminho da religiosidade e da fé é fonte eficaz à busca de uma possível paz e tranquilidade íntimas, mas se não houver a presença forte e eficiente de líderes religiosos comprometidos e empenhados na causa primeira do Evangelho, da “boa notícia”, do “bom anúncio” (Broccardo, 2019, p. 09) que é o próprio Cristo, a fé modificadora das realidades íntimas se transforma em máquina política e se instrumentaliza em tempos de opressão, desalento e revolta.

O lugar da religiosidade e da fé, enquanto caminho eficaz à paz e à solução de conflitos, deve ser novamente instaurado e promovido. Aqui, a problemática não é somente teológica, mas também política. A miséria espiritual⁴ é uma realidade trágica que pode apossar-se do

⁴ Segundo definição do Papa Francisco (2014, p. 03), a miséria espiritual é aquela que acomete quando “nos afastamos de Deus e recusamos seu amor”. Disponível em: Quaresma 2014: Fez-Se pobre, para nos enriquecer com a sua pobreza (cf. 2 Cor 8, 9) | Francisco (vatican.va). Acesso em: 08/06/23.

íntimo de quem sofre com a miserabilidade social. “Bem-aventurados os pobres pelo espírito” (Mt 5,3), disse o Cristo, e não os miseráveis de espírito. A miséria espiritual juntamente com a miséria social é uma somatória desastrosa⁵ que leva o indivíduo a várias situações humilhantes e degradantes, uma delas é o desalento, ou seja, a falta de perspectiva, a falta de esperança, a ausência de futuro.

Pessoas desalentadas não conseguem nem mesmo encontrar a porta de saída à situação em que se encontra, pois passam a acreditar que a realidade do desalento é o real de sua existência. Não se pode confundir desalento com depressão que é uma doença, uma enfermidade mental; o desalento é sim uma doença, todavia uma mazela social; é uma doença promovida na e pela própria sociedade devido às injustiças sociais e à falta de políticas públicas que atendam e amparem quem sofre.

Em tempos de injustiças e em terras de poucos frutos, a solidariedade é o caminho profícuo na tentativa mesmo de busca e reconciliação com a própria sociedade. Vivem-se tempos de fake news, de pós-verdade, de discursos tortos que procuram, a todo custo e sem senso algum de justiça, desestruturar os caminhos dos pobres e sofredores. Mas “uma voz clama no deserto” (Jo 1,23) da injustiça: é a voz salvífica de Deus, no acontecimento social, político e religioso do hoje.

Quem está na miserabilidade e em desalento precisa receber a recompensa salvífica no hoje, não pode esperar para o depois ou amanhã, pois talvez nem haja o amanhã. No entanto, a crença em uma perspectiva futura é essencial para que, no hoje, a ação salvífica de Deus ocorra. A ação salvífica de Deus, no hoje de seu Reino de esperança, que começa no agora, acontece em primeira instância por ações solidárias e fraternas que podem promover a cura não somente das mazelas físicas e das necessidades básicas e fundamentais como também a cura das mazelas íntimas do sujeito que sofre em sua desesperança, dando-lhe alento e autoestima.

A fraternidade como atitude, no contemporâneo, é a regra essencial de um Reino que se quer fazer presente na vida de todos os que creem. Isto não é Teologia da Libertação que, com muito cinismo, alguns atores sociais gostam de criticar e espolar nas mídias. Não se está aqui colocando “os pobres em lugar de Cristo” (Boff, C., 2007, p. 1001); muito menos Marx no lugar do Evangelho. A fraternidade é Cristianismo. Ela é parte da Doutrina Social da Igreja. Uma Igreja que se quer Reino de Deus no hoje e proclama a vinda desse Reino a partir do auxílio ao próximo iluminada sempre pela fé, tendo Cristo como centro de sua práxis. O Compêndio da Doutrina Social da Igreja (2004, n. 72) afirma que

⁵ Sobre a junção dessas duas misérias (espiritual e social), o Papa Francisco (2017) proporrá uma leitura ainda mais densa e realista. Ele dirá que dessas duas misérias nasce o “terrorismo fundamentalista” que não aceita liberdades religiosas.

A doutrina social da Igreja não é uma “terceira via” entre capitalismo liberalista e coletivismo marxista, nem sequer uma possível alternativa a outras soluções menos radicalmente contrapostas: ela constitui por si mesma uma categoria. Não é tampouco uma ideologia, mas a formulação acurada dos resultados de uma reflexão atenta sobre as complexas realidades da existência do homem, na sociedade e no contexto internacional, à luz da fé e da tradição eclesial (CDSI, 2004, n. 72).

Por se constituir enquanto uma categoria que consegue, à luz da fé e dos preceitos cristãos, explicar as problemáticas da sociedade e fomentar diretrizes à solução de grande parte dos conflitos sociais gerados pelo viés político e econômico, a Doutrina Social da Igreja — doutrina cristã — se faz caminho seguro e eficaz sem ser tendenciosa em suas proposições.

Não se pode negar as diferentes dificuldades encontradas por aqueles que querem promover o auxílio ou a melhoria da situação da população que sofre. No entanto, em tempos de discursos infrutíferos e de cenas lamentáveis e exposição desnecessária de atrocidades políticas no mundo todo — o que não promove efetivamente a instauração de sentimento de solidariedade e compaixão nos indivíduos —, o que se vê são pessoas cada vez mais irritadas com os conflitos e ao invés de promoverem a paz social necessária à caminhada do homem na Terra, procuram incitar o desânimo e o desalento àqueles que já sofrem, por via de um discurso agressivo e humilhante. Sejam estes discursos de cunho racista, sexista, homofóbico, xenofóbico etc. São cenas que estão se tornando cada dia mais constante no cenário político-social nacional e internacional.

Poucas são as vozes que estão uníssonas na implantação do Reino de Deus no hoje. Por isso, o clamor por considerar os fundamentos da Doutrina Social da Igreja, que promovem o caminho da religiosidade e da fé como solução segura aos conflitos da e na sociedade. A solidariedade deve ser o Reino de Deus que se realiza pela complacência e pela atitude de benquerer, que devem partir tanto do cenário político quanto da cena religiosa. É no torrão de sua terra que o sujeito social quer ficar; é do torrão de sua terra que o indivíduo quer viver e, por ele, quer passar em sua cena final que deve ser esperançosa e alentadora.

A fraternidade e a solidariedade começam, no hoje, da comunidade, do torrão onde a pessoa que necessita vive ou mora. Pouco adianta organizar as práticas políticas para o cenário internacional se o próprio torrão de sua terra que sofre está apartado desses mesmos interesses políticos. O morador de rua da capital paulista ou de qualquer cidade interiorana do país não está preocupado com o câmbio ou com a alta ou baixa da bolsa de valores entre outros modelos de capital. O desalentado na própria nação precisa do amparo dos seus. Precisa do discurso do justo, diante do fracasso ou do dissabor, na tentativa de iluminação dos caminhos da sociedade. Quem sofre está na obscuridade da existência e não consegue nem mesmo, às vezes, localizar

a luz suprema que vem de Deus, que ilumina a todos e que pode ser encontrada em suas Palavras Sagradas.

Por isso, a voz da comunidade é fundamental. Tem de ser a voz que clama. O ser que sofre necessita de caminhos que promovam um olhar outro sobre sua própria existência e realidade, mostrando que o Reino de Deus, enquanto realidade presencial e não apenas escatológica⁶, pode e deve iniciar no hoje das relações sociais por via da fraternidade e do amparo, valorizando a pessoa humana em sua dignidade.

A atualização de uma memória acerca de um sofrimento passado ou um desalento presente tem de fazer eco não em um sofrimento eterno como se fosse à beira de um abismo sem fim, mas deve ressoar nas bem-aventuranças do conforto social que os governantes devem promover a suas populações como também ressoar nas palavras de afeto e acolhida dos líderes espirituais comprometidos com o Evangelho.

O sofrimento, que não é perene, tem de fazer eco nas palavras de esperança do Salmo 23 em que “ainda que eu caminhe por vale tenebroso, não temerei mal nenhum, porque tu estas junto a mim” (Sl 23,4). Este deve ser o canto que necessita de eco nos lábios do ser que sofre no mundo. A justiça, não somente político-social como também ético-moral, enquanto práxis à condução da sociedade rumo à paz e à tranquilidade necessárias, precisa reverberar no íntimo de uma sociedade doente como a atual, moldada pelas derrapagens do mundo virtual que está minando as relações sociais e os vínculos mais expressivos.

Mas há uma grande esperança, esta sim a mais intensa e perseverante: a educação. Tanto a educação geral (intelectual e ético-moral) quanto a educação espiritual. Não se pode prescindir, em momento algum, da educação como uma instituição efetiva de condução da sociedade rumo a um futuro de harmonia e equilíbrio. Pela educação, a sociedade conseguirá formar um corpo social com efetivos vínculos entre si e a fraternidade como bem maior há de perseverar e conduzir o ser que não sofre a sofrer pelo ser que sofre. Esta é a postura do “pleni-homem”, “o homem espiritual” (Rohden, 2008).

O socorro, nesta sociedade doente e liquefeita, sem os vínculos necessários à sua preservação até mesmo enquanto sociedade, não pode vir apenas da esperança escatológica do amanhã. Este amanhã é fundamental para a caminhada, mas o socorro enquanto materialidade mínima de subsistência tem de vir de campanhas e auxílios efetivos realizados pelas mais diferentes organizações da sociedade civil e das instituições públicas.

Acredita-se efetivamente que as instituições como as Igrejas, em suas mais diferentes

⁶ Escatologia “é o tratado teológico relativo às realidades últimas [...]” (BOFF, C., 2012, p. 11).

denominações, podem claramente dar o suporte necessário aos seres que sofrem. A religiosidade é qualidade intrínseca da maior parte da população e, principalmente, de quem passa por infortúnios, visto que o ser que sofre tem junto de si um senso de crença no amanhã que em outras situações talvez não o tivesse, embora a miséria espiritual seja também uma realidade. Além do mais, a religiosidade e a fé são características bem presentes em países emergentes como os da América Latina, particularmente porque a fé com que passam pelos tormentos da miserabilidade e do desalento é a mesma fé com a qual se preenchem de esperança pela subsistência que se faz Reino de justiça no hoje e pelo futuro do Reino de Deus no amanhã escatológico. Na contradição do hoje de incertezas e de um amanhã vitorioso em Cristo, muitos ainda gritam que “não tem nada em casa, a não ser uma jarra de azeite” (2 Rs 4:2).

3 Considerações finais

Em tempos de opressão e de comportamentos político-sociais que se desfazem em um átimo de segundo, a miserabilidade e o desalento são formas de imprimir em determinada parcela da sociedade o sabor acre da própria existência. Como apresentado na primeira parte deste ensaio, o trabalho do capital, no sentido mesmo de oprimir e colocar à deriva da vida aqueles que têm poucas oportunidades, vem sendo feito desde o século XIX como forma de manter uma hegemonia do econômico sobre o social, sobre o subjetivo e as necessidades básicas individuais. Conforme foi apontado, o engodo enquanto efetivação da política em tempos de pós-verdade procura mascarar o sofrimento alheio por via de um discurso de que uma não vontade pessoal ao invés de um não querer político-social seja a característica de quem sofre pela miserabilidade e desalento.

Em um segundo momento, foi visto que há, certamente, dois caminhos à solução do flagelo da miserabilidade e do desalento, sendo a efetivação de políticas públicas de qualidade que possam auxiliar quem está em situação de miséria social encontrar uma saída eficaz aos seus problemas. Da mesma forma, a religiosidade se faz um segundo caminho importante no resgate da dignidade da pessoa humana, pois quem se encontra em desalento também passa, por vezes, por uma miséria espiritual que somente um aconselhamento pastoral e a valorização da autoestima do ser que sofre podem trazer esperança e alento.

No entanto, esta esperança não é uma esperança qualquer, mas sim aquela que se alicerça na educação integral do ser. Uma educação que percorre os caminhos ético-morais, espirituais como também político-sociais. Uma esperança que alcança sua realização no hoje do Reino de Deus através de ações concretas e eficientes à solução dos dissabores de quem sofre, mas que

espera também pelo amanhã escatológico. Em suma, acredita-se que, lançar o olhar aos menos favorecidos e, principalmente, àqueles que estão em desalento, seja um passo significativo a se tornar real a presença do Reino de Deus no hoje. Um Reino que se quer tolerante e desinteressado. Um Reino que acredita que dar liberdade de existência não são teologias nem marxismos nem comunismos. Dar liberdade de existir e de crer é fazer valer o que se professa e ora no Pai-Nosso: “venha o teu Reino” (Mt 6,10).

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo aporte financeiro que tem possibilitado minhas pesquisas e escritos.

Referências

- BÍBLIA. Português. **Bíblia Pastoral**. Tradução de Paulo Bazaglia *et al.* São Paulo: PAULUS Editora, 2014. 1545 p. ISBN 9788534936002.
- BOFF, C. M. **Escatologia**: breve tratado teológico-pastoral. São Paulo: Ave-Maria, 2012.
- BOFF, C. M. Teologia da Libertação e volta ao fundamento. **Revista Eclesiástica Brasileira**, [S. l.], v. 67, n. 268, p. 1001–1022, 2007. DOI: 10.29386/reb.v67i268.1490. Disponível em: <https://revistaeclesiasticabrasileira.itf.edu.br/reb/article/view/1490>. Acesso em: 22 jun. 2023.
- BROCCARDO, Carlo. **Os Evangelhos**: um guia para a leitura. Tradução: Leonardo A.R.T. Santos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019. ISBN 978-85-326-6462-4. *E-book*.
- CANDIDO, A. **O legado de Euclides da Cunha**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- CONGREGAÇÃO para a Doutrina da Fé. **Compêndio da Doutrina Social da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 2004.
- LOPES, Felipe M. **O Requisito da Miserabilidade do Benefício de Prestação Continuada da Lei n. 8.742/93 (Lei Orgânica Da Assistência Social)**. 2015. 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/854?locale=pt_BR. Acesso em: 8 jun. 2023.
- NUNES, António José Avelãs. **Uma introdução à economia política**. São Paulo: Editora Quartier Latin do Brasil, 2007.
- QUEIROZ, R. B. **Formação e gestão de políticas públicas**. Curitiba: Intersaberes, 2012.
- ROHDEN, Huberto. **Em Comunhão com Deus**. São Paulo: Martin Claret, 2008. 144 p. ISBN 9788572327459.